



Amamentação, Alimentação Infantil Ótima e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em 8 de setembro de 2000, na Assembleia Geral das Nações Unidas, 191 Estados Membros, dentre os quais o Brasil, assinaram a “Declaração do Milênio”, quando se comprometeram a atingir até 2015, os “8 *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*”(ODM).

Em 2010 as Nações renovaram esse compromisso, prometendo acelerar o processo necessário para atingir essas metas.

A Semana Mundial da Amamentação (SMAM) foi lançada pela WABA (Aliança Mundial para Ação em Amamentação) em 1992, com o objetivo de dar visibilidade ao aleitamento materno, incentivando todos os grupos do mundo a trabalhar concomitantemente uma de suas facetas e a colocá-la na mídia, para ampla divulgação. A SMAM é comemorada em todo mundo nos dias 1 a 7 de agosto.

Este ano o tema da SMAM é: “*Aleitamento Materno: uma vitória para toda a vida*”. O tema convida a pensar em metas. Reafirma a importância de incrementar e dar suporte às ações de proteção, promoção e apoio à amamentação, dentro dos planos para atingir os ODM em 2015 e para sua continuidade nos anos subsequentes.

Os objetivos da SMAM 2014 são:

- Conhecer os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e como eles se relacionam com a “Alimentação Infantil Ótima”.
- Conhecer os indicadores de Amamentação e Alimentação Complementar e traçar metas para atingir a “Alimentação Infantil Ótima” para todas as crianças pequenas.
- Priorizar as ações de proteção, de promoção e de apoio da “Alimentação Infantil Ótima” para atingir os ODM em 2015 e nos anos subsequentes.
- Estimular o interesse dos jovens, mulheres e homens pela amamentação, para que compreendam a sua importância para o mundo de hoje e do futuro.

Este texto pretende ajudar a entender como os ODM se relacionam com o aleitamento materno.

ODM 1: Erradicar a fome e a extrema pobreza

A amamentação até dois anos ou mais, de maneira exclusiva até os seis meses e iniciada logo ao nascimento, proporciona energia e nutrientes de excelente qualidade, ajuda a prevenir a fome e a desnutrição. O aleitamento materno é uma forma econômica de alimentar bebês, meninas e meninos. Todas as mães podem amamentar seus bebês, independente da classe social a que pertençam, pois não representa mais uma despesa no orçamento familiar, diferentemente da alimentação artificial.

A desnutrição (de macro ou micro elementos, ou ambas) costuma se estabelecer nos primeiros dois anos de vida, mais principalmente durante a fase de lactente. Segurança alimentar e nutricional durante esse período significam por em prática **a amamentação ao nascimento, manter a amamentação exclusiva até os seis meses de idade e continuar amamentando, com a introdução de outros alimentos, até os dois anos ou mais**. Esta “alimentação infantil ótima” é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a saúde, o crescimento e o desenvolvimento normais dos indivíduos. Um grande conjunto de evidências, dentro do rol das práticas alimentares de lactentes e crianças pequenas, apontam que a chave para mitigar ambas formas de desnutrição e prevenir a mortalidade infantil é principalmente amamentar imediatamente ao nascimento e mantê-la exclusiva até seis meses. No entanto, as intervenções voltadas a essas práticas não receberam a atenção adequada na elaboração dos ODM e, portanto, existe um potencial incomum para alcançar a segurança alimentar e nutricional na infância. Em condições de pobreza, a amamentação salva vidas e o uso de substitutos do leite materno é um enorme risco para a sobrevivência infantil.

ODM 2: Atingir o ensino básico universal

A amamentação e a alimentação complementar saudável e adequada, além de fundamentais, reduzem significativamente o risco de atraso no crescimento e desenvolvimento, portanto melhoram o funcionamento mental e ajudam no aprendizado.

A amamentação e os alimentos complementares de qualidade contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo. Além de 150 tipos de ácidos graxos polinsaturados de cadeia longa existentes no leite materno que dão suporte ao desenvolvimento neurológico, a amamentação exclusiva inicial e a complementação com alimentos que atendam às necessidades de micro nutrientes e ferro, são a base para o desenvolvimento neurológico e, mais tarde, do desempenho escolar.

Pesquisas relativas ao desempenho cognitivo e a amamentação:

- Crianças pequenas para a idade gestacional (de baixo peso) demonstraram melhora na função cognitiva, quando amamentadas exclusivamente durante os seis primeiros meses de vida. (Effect of breastfeeding on cognitive development of infants born small for gestational age. Rao, 2002, Acta Paediatrica 91:267-274)
- Há uma associação importante entre a duração da amamentação e o QI verbal. Foi achado um crescente conjunto de evidências significativas, sugestivas de que alimentar com leite materno pode trazer múltiplos pequenos benefícios de longo prazo ao desenvolvimento cognitivo da criança. (Breast milk feeding and cognitive ability at 7-8 years. Horwood, Darlow e Mogridge, 2001 Archives of Disease in Childhood, Fetal and Neonatal Edition Vol 84 No1, 23-27)
- Há uma relação entre a duração da amamentação e a capacidade cognitiva da criança, bem como o sucesso acadêmico entre 8 e 18 anos de idade. Um estudo longitudinal durante 18 anos de um grupo de recém-nascidos de mais de 1000 crianças mostrou que o aumento da duração da amamentação estava associado a melhores escores/QI de inteligência, estatisticamente

importante e de consistência, aos 8 e 9 anos de idade. Os achados persistiram depois de ser levada em consideração a idade da mãe e sua condição socioeconômica. (Breastfeeding and later cognitive development and academic outcomes. Horwood e Ferguson 1998, Pediatrics 9,99)

- Benefício significativo ao desenvolvimento proporcionado pelo aleitamento e sua relação com períodos maiores de amamentação: aumento nos escores com maior duração do aleitamento. Foram acompanhadas 3.880 crianças, do nascimento aos 5 anos de idade. (The effect of breastfeeding on child development at 5 years: A cohort study. Quinn, O'Callaghan, Williams, Najman, Andersen e Bor, 2001 Journal of Paediatrics and Child Health, October Vol 37, No 5, 465-469)
- A proporção de bebês que atingiram os marcos de desenvolvimento aumentou com a duração e a exclusividade da amamentação. Os bebês jamais amamentados apresentaram 50% mais probabilidade de atrasos na coordenação motora grossa que os bebês amamentados com exclusividade durante pelo menos 4 meses. Bebês jamais amamentados apresentaram 30% mais probabilidade de apresentar atrasos motores grossos na comparação com aqueles amamentados durante 2 meses. (Breastfeeding and developmental delay: findings from the millennium cohort study. Sacker, Quigley e Kelly, Pediatrics. 2006 Sep;118(3):e 682-9)
- O maior ensaio controlado e randomizado já realizado até o momento, na área da lactação, mostrou sólidas evidências de que a amamentação prolongada exclusiva melhora o desenvolvimento cognitivo infantil. Foram acompanhados 17.046 bebês amamentados e 31.889 crianças até 6,5 anos de idade (81.5%). (Influence of breast-feeding on mental and psychomotor development. Kramer et al, 2008 – Arch Gen Psychiatry, 65, 5, 578-584)

ODM 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

A amamentação é um grande nivelador para meninos e meninas e é a melhor forma de iniciar a vida. Na maioria das vezes, a diferença de crescimento entre os sexos começa quando são incluídos alimentos complementares na dieta, quando a preferência de gênero começa a atuar nas decisões sobre alimentação. O aleitamento materno é um direito único das mulheres e deve ser apoiado pela sociedade, por exemplo, com leis eficazes de proteção à maternidade. Os papéis singulares das mulheres na criação dos filhos e na amamentação deixam-nas vulneráveis, social, econômica e nutricional. Em todo o mundo, as mulheres são afetadas de maneira desproporcional pela pobreza, ausência de leitura, discriminação e pela violência. Os direitos reprodutivos femininos e seu papel no sistema de produção econômico precisam de apoio adequado para assegurar que consigam a igualdade em todos os níveis sociais.

A amamentação é um elemento integral da saúde reprodutiva das mulheres e como tal, representa um direito da mulher. No entanto elas apenas conseguem aproveitar a totalidade dos benefícios de saúde decorrentes do aleitamento, quando recebem informações precisas para fazerem uma escolha informada entre amamentar ou não. Só exercitam sua capacidade e direito de aleitar sem coação e pressão, quando governos, comunidades, profissionais da saúde e familiares protegem esse direito. A proteção à maternidade é fundamental para a promoção e proteção da igualdade de

gênero, o que inclui acesso a serviços de saúde, pagamento adequado relativo à licença maternidade/parental, locais de trabalho favoráveis ao aleitamento materno e proteção da amamentação. É importante para o empoderamento das mulheres que sejam criados ambientes que possibilitem a tomada de decisão informada sobre a alimentação infantil.

É importante observar que a principal razão, da maioria das mães trabalhadoras, para interromper o aleitamento é a volta ao trabalho [após a licença maternidade]. O desafio em termos de proteção à amamentação, é a adoção e o monitoramento de políticas adequadas, com direitos que facilitem seis meses de amamentação exclusiva para todas as mulheres empregadas, em todos os setores, com uma atenção urgente para o setor informal.

ODM 4 - Reduzir a mortalidade infantil:

Cerca de metade, ou mais, das mortes de crianças menores de cinco anos de idade é consequência da desnutrição. Ela é causada, em grande parte, por práticas inadequadas de aleitamento materno e da alimentação complementar. Se melhorássemos as práticas de aleitamento materno a mortalidade infantil seria facilmente reduzida em 13%, e por volta de 6%, se melhorássemos as práticas da alimentação complementar.

Está bem documentado (pela análise do conjunto de dados globais da OMS de 65% da população mundial de crianças até 1 ano de idade), que apenas 35% são exclusivamente amamentadas entre o nascimento e os quatro meses de vida. O Relatório do Unicef “Situação das crianças no mundo” (UNICEF State of the World’s Children Report), de 2012, encontrou que 136.7 milhões de bebês haviam nascido no mundo, dos quais somente 32,6% foram amamentados exclusivamente até seis meses de vida. No dia 1 de maio de 2012, o Unicef mostrou sua preocupação com a grande redução nas taxas de aleitamento materno na Ásia Oriental, com relação à deterioração da saúde de bebês e crianças. Isso estava vinculado, no relatório, à falta de proteção da maternidade e ao marketing agressivo dos substitutos do leite materno na região. A desigualdade entre a indústria e os órgãos de saúde é notável ali. Anualmente, cem milhões de dólares são gastos na publicidade de substitutos do leite materno nas Filipinas, o que corresponde a mais da metade do orçamento total anual do Departamento de Saúde – para tudo. Nas Filipinas, em média, menos da metade dos bebês nascidos recebe aleitamento exclusivo durante três meses; aos seis meses, menos de 25% é aleitado com exclusividade.

Lauer et al. (2006) informaram que até 1.45 milhões de vidas são perdidas por uma amamentação abaixo da excelente em 'países em subdesenvolvimento'. Stuebe e Schwarz (2009) confirmaram que decisões sobre alimentação de bebês afetam, de forma significativa, a saúde da mãe e da criança no mundo inteiro, mesmo em contextos com água limpa e boas medidas de higiene. Bebês não amamentados estão expostos a riscos crescentes de morbidade e mortalidade, por infecções e não-infecções.

Nas crescentes situações de desastre e de emergência no mundo, a interrupção do aleitamento materno e a alimentação complementar inadequada aumentam o risco de desnutrição, de doenças e a mortalidade; a distribuição sem controle de substitutos do leite materno em campos de refugiados, por exemplo, pode levar à interrupção precoce e desnecessária da amamentação (OMS/UNICEF, 2005). O apoio para mulheres grávidas, mães em aleitamento exclusivo, em aleitamento continuado, em relactação e ao aleitamento por mães substitutas, salva a vida dos bebês e evita mais morbidade. A amamentação é a única forma sustentável e segura de alimentar e proteger as crianças em épocas de normalidade, melhor ainda durante períodos de desastres e emergências.

A Assembléia Mundial da Saúde, nas resoluções de 2010, fez as seguintes declarações:

- *“Preocupada que, em emergências, muitas das quais ocorrem em países sem acompanhamento do progresso do ODM 4 (incluindo situações criadas pelos efeitos das mudanças climáticas), bebês e crianças pequenas estão especialmente vulneráveis à desnutrição, à doença e à morte”,*
- *“Reconhece que planos nacionais de preparação para emergências e respostas internacionais às emergências, nem sempre envolvem proteção, promoção e apoio à alimentação infantil ótima de bebês e crianças pequenas”.*

Nas pesquisas, o aleitamento materno tem se mostrado, significativamente, como o melhor método para alimentar bebês. A Academia Americana de Pediatria (AAP) publicou pela primeira vez uma declaração em defesa da amamentação e uso do leite humano, em 1997, citando 111 artigos de pesquisas. Essa declaração foi revisada em 2005 e 2012 devido a “avanços importantes na ciência e medicina clínica” usando novas pesquisas para estabelecer melhor a importância da amamentação (AAP, 2005 e 2012). As declarações da AAP identificaram benefícios para a saúde, nutrição, imunologia, desenvolvimento, psicologia, sociedade, economia e ambiente. A AAP reconheceu os efeitos protetores do leite humano contra a síndrome da morte súbita da criança (SIDS), diabetes melito insulino-dependente, doenças alérgicas, doença de Crohn, colite ulcerativa e outras doenças digestivas crônicas. Também enfatizou que as pesquisas mostram fortes evidências de que a alimentação com leite humano reduziu a incidência e a severidade da diarreia, das infecções do trato respiratório inferior, da otite média, da bacteremia, da meningite bacteriana, do botulismo, da infecção do trato urinário, da enterocolite necrosante e da sepsis tardia em bebês pré-termo.

A amamentação ótima está no topo da lista de intervenções preventivas eficazes para a sobrevivência da criança. A amamentação e a alimentação complementar adequada têm um impacto mais positivo que o alcançado com a vacinação, água tratada e saneamento.

A amamentação reforça a imunização. Fornece ao bebê muitos agentes antibacterianos, antivirais e antiparasitários e reforça o sistema imune em desenvolvimento no bebê. Ela confere ao bebê uma imunidade ativa e passiva, aperfeiçoa o sistema imune e melhora a resposta dos anticorpos às vacinas. O colostro é tão rico em anticorpos e com tantas propriedades anti-infecciosas, que é considerado a primeira “vacina” do bebê. O sistema imunológico do leite humano oferece uma “continuidade” de proteção imunológica materna (Slussor e Powers, 1997), iniciada pela transferência da imunoglobulina G (IgG) da mãe para o bebê no útero, via placenta, e depois, por meio da amamentação e do leite materno, para a criança em crescimento durante o segundo ano de vida. Cregan (2008) também discute como essa continuidade de proteção ao bebê humano imaturo se desenvolve, descrevendo como as glândulas mamárias de uma mãe de primeira viagem assumem o papel, a partir da placenta, de oferecer orientação para o desenvolvimento.

Os componentes complexos do leite materno exclusivamente humano não podem ser reproduzidos e incluem a lactoferrina, uma singular glicoproteína de cadeias de polipeptídios, que forma dois lobos, ambos aglutinadores de ferro (Hanson, 2004). A lactoferrina é bastante resistente à degradação nos intestinos, e as fezes e a urina de um bebê amamentado contêm quantidades significativas de lactoferrina, inclusive grandes fragmentos. Receptores especiais nos intestinos do bebê absorvem a lactoferrina e seus grandes fragmentos. A lactoferrina é bactericida para muitas bactérias gram-negativas e gram-positivas, possuindo ainda propriedades anti-virais e antifúngicas. A lactoferrina destrói os micróbios sem induzir envolvimento tissular e reações inflamatórias, e ainda evita a produção de várias citocinas pró-inflamatórias (Hanson, 2003). Acredita-se que a lactoferrina proteja bebês amamentados contra infecções urinárias e intestinais.

ODM 5: Melhorar a saúde materna

<p>O aleitamento materno está associado à diminuição da perda de sangue pós parto, à prevenção da osteoporose, a uma diminuição do risco de câncer de mama, de ovário e do endométrio. A amamentação também ajuda a aumentar os intervalos entre os nascimentos, o que reduz o risco de gestações subsequentes e frequentes.</p>
--

O Método da Amenorreia Lactacional (LAM) está associado a amamentação ótima, ao contato mãe-bebê e à redução da concepção e da gravidez devido à supressão da ovulação. O aleitamento exclusivo durante seis meses e sua continuação por até dois anos ou mais, somado a adição de alimentos apropriados a partir de seis meses de vida, é a alimentação infantil ótima. Hrdy (1999) descreve a amamentação como a base do planejamento familiar em primatas, incluindo os humanos. Ele descreveu que a amenorreia lactacional durante dezoito meses exige em média, cerca de oitenta minutos de sucção do bebê no seio materno por dia, por no mínimo seis episódios de amamentação. Outros fatores descritos como da mesma importância por Hrdy foram o estado nutricional da mãe, a carga de trabalho e as condições ambientais. Estima-

seque a amenorreia lactacional seja responsável pela prevenção de mais gestações em países 'em desenvolvimento', quando comparada com todos os demais métodos contraceptivos disponíveis (Madani et al. 1994). Radwan et al. (2009) descobriram uma taxa de proteção de 98% contra a gravidez, após o nascimento e até seis meses, num grupo de 593 mulheres, nos Emirados Árabes Unidos. A duração da LAM está relacionada significativamente com a idade do bebê no momento da introdução da fórmula infantil e de alimentos sólidos. O espaçamento dos nascimentos beneficia a saúde materna.

A amamentação causa um impacto positivo na saúde das mães. Efeitos protetores previamente identificados incluíam a redução do risco de câncer de mama pré-menopausa (Zheng et al., 2001); um efeito protetor da duração da amamentação em mulheres amamentadas quando bebês, foi uma redução em 25% de aparecimento do câncer de mama pré-menopausa e pós-menopausa (Freudenheim et al., 1997; Freudenheim et al., 1994), uma redução nos riscos de câncer ovariano (Su e Pasilich et al 2013, Riman, Nilsson e Persson 2004, Tung et al., 2003), uma possível redução nos riscos de osteoporose e fratura de quadril (Karlsson, Ahiborg e Karlsson, 2005), efeitos contraceptivos relatados em um percentual de 98% nos seis primeiros meses após o nascimento (Kennedy, Rivera e McNeilly, 1989). Mais estudos importantes surgiram, relacionados à saúde cardiovascular:

- Incidência de infarto do miocárdio na fase adulta intermediária a tardia: Suebe et al. (2009) investigaram a duração da lactação e a incidência do infarto do miocárdio materno, num grupo prospectivo de 89.326 pares de mulheres no Nurses Health Study. Aquelas que amamentaram por um período de vida total de dois anos ou mais tiveram um risco 37% menor de doença coronariana. Após adaptação para adiposidade no início da vida adulta, história parental e fatores de estilo de vida, as mulheres que amamentaram por um período de vida total de dois anos ou mais, tiveram uma redução de 23% no risco.
- Duração da lactação e fatores de risco para doença cardiovascular: Schwarz et al. (2009) examinaram dados de 139.681 mulheres na pós-menopausa. Foram examinadas reações a doses, e mulheres que relataram uma história de vida de mais de doze meses de lactação estavam menos propensas a ter hipertensão, diabetes por colesterol elevado ou doença cardiovascular na comparação com mulheres que jamais amamentaram.
- Redução da ansiedade e diminuição da pressão sanguínea em mulheres que amamentam: Unväs Moberg (2003) contribuiu com extenso trabalho para aumentar a compreensão do hormônio ocitocina. Quando as mães amamentam os filhos, diminui a pressão sanguínea, bem como os níveis do hormônio do estresse cortisol. O que indica uma diminuição na atividade do sistema nervoso simpático e menor resposta adrenal (Unväs Moberg, 2003, p.97). Medidas da atividade cerebral em animais amamentando mostram que muitos adormecem ao amamentar os filhotes. As mudanças psicológicas positivas de bem estar persistem durante toda a duração da amamentação. Unväs Moberg, Johansson, Lupoli e Svennesten-Sjauna (2001) sugerem que a ocitocina facilita não somente o relaxamento e a calma na mãe, mas ainda estimula a interação materna e o processo de vinculação.

ODM 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

O aleitamento materno exclusivo juntamente com o tratamento antirretroviral para as mães com HIV positivo e seus bebês, podem reduzir a transmissão vertical de HIV.

A WABA publicou o documento “HIV and Breastfeeding Resource” para ser usado por elaboradores de políticas, comitês nacionais de aleitamento materno, profissionais da saúde e outras pessoas envolvidas na saúde pública em todo o mundo (disponível em <http://www.waba.org.my/whatwedo/hcp/ihiv.htm#kit>). As pesquisas mostram que mães HIV positivas que receberam tratamento ARV (anti retro virais) eficaz podem ter uma taxa de transmissão do HIV próxima à zero para seus filhos durante a gestação, o nascimento e o período recomendado de aleitamento – amamentação exclusiva por seis meses e a partir dessa idade, a sua manutenção junto com alimentação complementar adequada, durante até dois anos ou mais. **Há, atualmente, evidências suficientes para recomendar o ARV durante todo o período de amamentação.**

Nota: No Brasil, as recomendações oficiais são “toda mãe soropositiva para o HIV deverá ser orientada a não amamentar e, ao mesmo tempo, ela deverá estar ciente de que terá direito a receber fórmula láctea infantil, pelo menos até o seu filho completar 6 meses de idade.”

Disponível em:

http://www.aids.gov.br/sites/default/files/consenso_gestantes_2010_vf.pdf

http://www.aids.gov.br/sites/default/files/consenso_pediatico.pdf

ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental:

O aleitamento materno auxilia na redução de resíduos industriais, farmacêuticos, de plástico e alumínio, além da redução do uso de combustíveis fósseis e de madeira.

O preço nas lojas dos substitutos do leite materno, pago pelo consumidor representa uma parte ínfima do custo total para a saúde do planeta e das pessoas. Cada vez mais os produtores leiteiros usam métodos não naturais de criação intensiva de gado, potencialmente envolvendo hormônios de crescimento bovino, o que resulta na necessidade de uso de antibióticos caros para mastite crônica das vacas. Danos associados à terra e ao ar são inúmeros, como o desmatamento de florestas, a poluição, a grande contaminação da água por nitrato, o gasto incorreto pelo grande consumo de água e o aumento dos gases de efeito estufa. O lixo industrial causado pela produção de leite em pó e de ingredientes que nele são adicionados, os restos do processo de fabricação das embalagens e das propagandas elaboradas para estimular o uso do produto, o consumo de combustível pelo transporte interno em estradas e

externo por meio aéreo e marítimo, contribuem para um futuro insustentável. Gabrielle Palmer elaborou uma lista abrangente de detritos associados à alimentação de bebês com fórmula, em seu livro 'The Politics of Breastfeeding'. Por exemplo, as latas para embalar as fórmulas infantis para suprir um milhão de bebês usam 23.706 toneladas de metal e os recursos usados para o papel chegam a 341 toneladas, além dos custos adicionais de todo o material promocional em papel que chega não apenas aos pais, mas aos pediatras, enfermeiros, parteiras e outros profissionais da saúde. Palmer relata que um fabricante de mamadeiras e bicos, dentre os vários existentes, informou distribuir vinte milhões de mamadeiras por ano. Para piorar, existe também o problema do uso das embalagens de papelão “tetra pack” não-degradável e não-reciclável, usadas para os produtos líquidos prontos para o consumo.

ODM 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

A Estratégia Global Para Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas promove a colaboração multissetorial e diversas alianças para ampliar o apoio ao desenvolvimento por meio de programas de aleitamento materno e da alimentação complementar segura.

A Estratégia Global Para Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas (disponível em português na página eletrônica <http://www.ibfan.org.br/documentos/ibfan/doc-286.pdf>) estimula a colaboração multissetorial, podendo compor com as parcerias já existentes de apoio ao desenvolvimento, por meio do aleitamento materno e da alimentação complementar segura. Em termos de futura produtividade econômica, a Alimentação Ótima das Crianças Pequenas tem implicações positivas importantes.

Apoiando e encorajando os países para que estabeleçam coordenadores nacionais e comitês de amamentação e alimentação infantil, será possível introduzir o temas da alimentação infantil nas agendas oficiais e trabalhar nas obrigações assumidas pela adoção dos direitos humanos incluídos na Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança e do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e suas várias resoluções nas Assembléias Mundiais da Saúde.

Não é suficiente tão somente o apoio e estímulo à amamentação. O impacto negativo da promoção inadequada e enganadora de substitutos do leite materno precisa ser contido.

O Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, adotado pela OMS em 1981 e seguido de várias resoluções, é um padrão global mínimo, que busca promover a alimentação adequada de bebês e crianças pequenas, protegendo-as contra as práticas agressivas de comercialização dos alimentos de substituição. No preâmbulo do Código está declarado que “diante da vulnerabilidade dos bebês nos primeiros meses de vida e dos riscos envolvidos das práticas alimentares inadequadas, inclusive o uso desnecessário e impróprio de substitutos do leite materno, a propaganda dos substitutos do leite materno exige um tratamento especial, o que torna as práticas corriqueiras da propaganda inadequadas para esses produtos”.

Texto baseado nas publicações:

FAO. Breastfeeding, infant feeding, and the millennium development goals. Carol Barthe. Disponível em <http://www.fao.org/fsnforum/post2015/sites/post2015/files/resources/MDG%20Submission%20January%202013.pdf>

WABA. World Breastfeeding Week. How are breastfeeding and the MGDs linked?. Disponível em <http://worldbreastfeedingweek.org/>

Edição elaborada, traduzida, revisada e diagramada para o Seminário Preparatório da Semana Mundial de Amamentação 2014, por muitas mãos:

Ana Lopes, Fabíola Cassab, Ana Basaglia, Luciana Sampaio, Fabiana Müller e Ana Julia Colameo.

Junho de 2014. Disponível em www.ibfan.org.br

